

ELEMENTOS DA MODERNIZAÇÃO NAVAL CHINESA: A POLÍTICA DE DEFESA E A DOCTRINA NAVAL SOB A LUZ DE SEUS DESAFIOS ESTRATÉGICOS

Elements of the Chinese Naval Modernization: the Defence Policy and The Naval Doctrine Under The Light of its Strategic Challenges

Luís Rodrigo Machado¹

Pedro Txai Brancher²

Raul Cavedon Nunes³

Bruno Kern Duarte⁴

Em maio de 2015 a China publicou uma atualização de seu Livro Branco de Estratégia Militar (*China Military Strategy*), que relaciona a orientação da Política Externa, sua Política de Defesa Nacional, e os objetivos da modernização militar em curso desde os anos 90 no país. Em relação à Política Externa, o país vem levando a cabo uma série de iniciativas visando aumentar seu poder de barganha no Sistema Internacional, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, sigla em inglês), a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e o Banco de Desenvolvimento dos BRICS (BDB). Entretanto, avaliar as reais capacidades chinesas frente às demais grandes potências em seu entorno estratégico e além da região passa pela análise da preparação militar do país, particularmente em relação à sua doutrina naval.

Este artigo tem como objetivo avaliar a Política de Defesa e a doutrina naval da China à luz de seus desafios estratégicos. Nesse trabalho, compreendemos a Política de Defesa como a preparação militar que visa a preservação da soberania do país em seu entorno estratégico e a sustentação de seu desenvolvimento econômico. A doutrina naval, por sua vez, é entendida como a norteadora dos esforços de modernização dos meios navais e preparação das forças, coordenando a disposição da marinha no teatro de operações e o

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI/UFRGS). Possui especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas (UFRGS) e graduação em Ciências Sociais - Licenciatura Plena (UNISINOS). (luisrodrigo.machado@gmail.com).

²Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI/UFRGS). Bacharel em Relações Internacionais (UFRGS). (pedro.txai@gmail.com).

³Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI/UFRGS). Bacharel em Relações Internacionais (UFRGS). (rcavedonnunes@gmail.com).

⁴Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI/UFRGS). Bacharel em Relações Internacionais (UFRGS). (bruno2kd@gmail.com).

abastecimento logístico. Por fim, a avaliação da modernização dos sistemas navais de armas utilizados, mais especificamente de seus mísseis e de suas respectivas plataformas de entrega, objetiva verificar os impactos da doutrina na modernização militar naval chinesa.

Desta forma, o trabalho foi dividido em três seções. A primeira trata dos desafios estratégicos chineses em seu entorno geográfico marítimo a partir da importância das Linhas Marítimas de Comunicação (SLOCs, sigla em inglês)⁵ e da suposta formação do “Cordão de Pérolas” chinês, com o fim de aumentar seu poder dissuasório frente as demais potências do Sistema Internacional no Oceano Índico e Pacífico. A segunda parte refere-se à adoção por parte da China da doutrina da Defesa Ativa e sua relação com as capacidades de Antiacesso e Negação de Área (A2/AD, sigla em inglês)⁶. A Defesa Ativa foi expressa no Livro Branco de 2015, e tem como objetivo manter o controle chinês sobre os pontos de estrangulamento⁷ de suas SLOCs. A terceira parte realiza uma análise da modernização naval chinesa, centrada nos mísseis antiaéreos e antinavio do inventário chinês, e suas plataformas de entrega, para a realização das tarefas de A2/AD e a efetivação da Defesa Ativa. Conclui-se, assim, que a modernização naval chinesa visa responder aos objetivos doutrinários de preparação da Defesa Ativa e A2/AD e a manutenção do desenvolvimento econômico, da Política de Defesa e da Política Externa, para a região e para o mundo, da China.

A Importância das SLOCs e da Presença Chinesa no Oceano Índico para a Política Externa e de Defesa da China.

Desde as reformas de Deng Xiaoping (a partir de 1978) a China passou a apresentar altas taxas de crescimento econômico, o que acarretou o aumento de seu comércio exterior e de sua demanda por energia. Além da importância do comércio exterior para a economia chinesa, o petróleo e o gás natural são recursos vitais para a sua sustentabilidade, e suas reservas internas não são suficientes para cobrir a demanda; ou seja, o corte no suprimento ou o aumento dos preços a níveis inviáveis podem causar enormes prejuízos ao país e, com isso, ameaçar sua estabilidade política. Desta forma, na medida em que o crescimento econômico se mantém e as suas reservas internas de petróleo tendem a ter o ritmo de produção estagnado, a China intensificará suas importações, e conseqüentemente, sua dependência do comércio marítimo de energia e mercadorias (DORRA; ENGLISH, 2013).

Existe uma apreensão em Pequim de que no caso de uma conflagração, outras potências possam impedir que embarcações que partam ou se destinem à China passem pelo Estreito de Malaca e os outros estreitos do sudeste asiático. Essa preocupação se refere especialmente ao caso de uma escalada militar frente a países como Índia, Japão, Coreia do Sul, Vietnã e Estados Unidos da América (EUA), os quais poderiam bloquear as linhas marítimas de comunicação chinesas (CHINA, 2015, p. 2). Cabe salientar que

⁵ SLOCs (*Sea Lines of Communication*) são os “caminhos” por onde circula todo o trânsito marítimo.

⁶ Ações de Antiacesso (A2) são geralmente de longo alcance e visam evitar que uma força hostil entre no Teatro de Operações. Ações de Negação (AD) de Área são geralmente de curto alcance e visam apenas limitar a liberdade de ação de uma força hostil no TO, não evitando o seu ingresso no mesmo (USA, 2012, p. 6).

⁷ Pontos de Estrangulamento (*Chokepoints*) – São os casos dos estreitos de Malaca e Lombok, por exemplo.

Índia, Japão e Coreia do Sul possuem projetos próprios de criação de Marinhas de Águas Azuis⁸ (NEVES JÚNIOR, 2015; MISOKAMI, 2015; LEE, 2013). Importa ressaltar também, a importância dada pela Índia à defesa de suas SLOCs. Extremamente dependentes do mar para a sua segurança alimentar e comércio exterior, os indianos deixam claro em sua Doutrina Marítima suas principais preocupações:

O objetivo primário da Índia é garantir sua segurança nacional. Isso não se restringe apenas a proteção da costa e das ilhas territoriais, mas também se estende para a defesa de nossos interesses nas zonas econômicas exclusivas, bem como a proteção de nosso comércio. Assim, criamos um ambiente que é propício para o rápido crescimento econômico de nosso país. Como o comércio é o sangue vital da Índia, manter nossas linhas marítimas de comunicação abertas em tempos de paz, tensão ou hostilidade é um interesse marítimo nacional primário (GOVERNMENT OF INDIA, 2004, p.63, tradução nossa).

O “dilema de Malaca”, neste sentido, significa a vulnerabilidade e dependência chinesa dos estreitos do sudeste asiático e de suas SLOCs, no Mar do Sul da China e no Oceano Índico importantes para a ligação entre o Nordeste Asiático e o Oriente Médio, também utilizadas pelos países citados anteriormente (NAGAO, 2015).

Assim sendo, a China passou a articular maneiras de fazer com que esta dificuldade seja mitigada através da criação de rotas alternativas para que o petróleo possa chegar ao território chinês, construindo redes de dutos por terra, diversificando seus fornecedores de petróleo e modernizando suas forças navais. O país também passou a intensificar suas relações com os países do Oceano Pacífico e Índico, construindo portos e infraestrutura desde o Mar do Sul da China até o Oriente médio, os quais serviriam primeiramente como unidades de reabastecimento com o potencial de se tornarem bases militares no futuro. Entre esses países estão o Paquistão, Tailândia, Myanmar, Malásia, Sri Lanka, Bangladesh e Maldivas.

Em 2004, o relatório “*Energy Futures in Asia*”, feito pela Booz-Allen Hamilton e preparado para a Secretaria de Defesa dos EUA, denominou esta política chinesa como a tentativa de formação de um “Cordão de Pérolas”⁹. De acordo com essa perspectiva, o objetivo do “Cordão de Pérolas” seria garantir bases de apoio no Oceano Índico para garantir os fluxos comerciais e energéticos nas SLOCs (MACDONALD; DONAHUE; DANYLUK, 2004). Além disso, argumenta-se que essa estratégia visaria isolar a Índia no Oceano Índico, fazendo uma espécie de cordão que cercaria o subcontinente e ameaçaria as linhas de comércio indianas¹⁰. De modo a averiguar a tese do “Cordão de Pérolas”, serão analisadas brevemente a relação chinesa com cada um desses países focando nos investimentos em infraestrutura e nas linhas de comunicação marítimas.

⁸ “A Marinha de águas azuis seria uma capaz de operar de forma sustentada em alto-mar, em geral com o apoio de navios-aeródromos, e capaz de projetar o poder naval sobre terra” (VIDIGAL, 2010, p. 8). Atualmente, somente os EUA detém esta capacidade de projetar poder em qualquer lugar do mundo. Trata-se de obter, nas palavras de Alfred Mahan, o Comando do Mar (FONT; RUFÍ, 2006; COSTA, 2008).

⁹ Importante ressaltar que o termo nunca foi usado por qualquer fonte oficial chinesa, embora apareça frequentemente por estrategistas estadunidenses e na mídia indiana.

¹⁰ A tese do “Cordão de Pérolas” faz parte de um esforço estadunidense para aumentar o temor dos indianos a fim de fazê-los intensificar os gastos em defesa para que dividam custos no balanceamento da China, com muito peso entre os nacionalistas indianos que almejam no Índico uma extensão do território do país (VINES, 2012).

No Paquistão, a China financiou 80% da construção do porto de águas profundas de Gwadar¹¹. Relatórios afirmam que em 2005 Islamabad já tinha concordado que Beijing tivesse “garantias de soberania” no porto (NIAZI, 2005); e foi assinado, em 2013, um acordo para que a China obtivesse seu controle operacional. Apesar das garantias que o uso do porto será exclusivamente comercial, há a apreensão nos EUA e na Índia que este porto possa vir a ser uma base militar chinesa.

Na Tailândia, a China propôs a construção de um canal no Istmo de Kra que ligaria a Baía de Bengala com o Mar do Sul da China e seria uma maneira de desviar do Estreito de Malaca; no entanto, esse projeto não foi adiante. Em maio de 2015 foi noticiado que os governos dos dois países teriam reiniciado as negociações para a construção do canal (WANT CHINA TIMES, 2015), ainda que ambos tenham negado (WONGCHA-UM, 2015). Outra iniciativa foi proposta pelos tailandeses de um oleoduto/gasoduto que passasse pela península de Kra, mas este plano também não teve continuidade devido à falta de investidores e a violência no sul da Tailândia.

Em Myanmar, está sendo construído um porto de águas profundas de Kyaukphyu, onde em 2006 foi aprovada a construção de um oleoduto e gasoduto até Kunming, na província de Yunnan na China¹². O custo do projeto, de 2.6 bilhões de dólares, será inteiramente financiado por Beijing. Além disso, a China mantém postos de observação de inteligência nas Ilhas Coco e estações de radares para SIGINT¹³ em várias localidades da costa de Myanmar (GLOBAL SECURITY, 2015).

Além destes projetos, também surgiu o interesse da construção de uma refinaria e um oleoduto na Malásia que ligaria Yan, do lado oeste do país, a Bachok, do lado leste. Neste empreendimento, navios petroleiros descarregariam o óleo bruto na costa oeste, para ser refinado em solo malaio, e outras embarcações levaria derivados da costa leste até a China, porém as obras previstas para começarem em 2008 ainda não saíram do papel (SINGH; ARIFF, 2013).

No Sri Lanka, em Hambantota, a China construiu um complexo portuário com terminais de cargas e passageiros além de áreas de estocagem e manutenção. O acordo foi assinado em 2007 e o complexo inaugurado em 2010. A localização é perto das principais linhas de comércio marítimas do Índico e tem uma grande importância na economia do país (REDDY, 2010). Durante a negociação do acordo a despeito dos líderes dos dois países declararem que os objetivos eram somente econômicos e comerciais, surgiram rumores da possível utilização do complexo como uma base militar chinesa. Entretanto, sua proximidade ao território indiano torna a defesa contra uma eventual ofensiva muito difícil. Ainda, há altos custos políticos para os chineses estabelecerem uma base militar tão perto da Índia, o que potencialmente inflamaria as relações entre os dois países e potencialmente estimularia uma ação dos EUA, o que torna esta possibilidade pouco plausível.

¹¹ Estão previstas construções de estradas, ferrovias, gasodutos e oleodutos que conectariam Gwadar até o Xinjiang, porém estas obras estão suspensas ainda nos projetos devido a dúvidas sobre sua viabilidade.

¹² O sistema reduzirá a distância percorrida pelas embarcações em 1.820 milhas náuticas e terá capacidade para 10% do fluxo de óleo chinês que passa pelo Estreito de Malaca.

¹³ SIGINT (*Signals Intelligence*) - Inteligência de Sinais - é responsável pela captação de sinais emitidos por sistemas eletrônicos utilizados por outros países, como comunicações, radares e sistemas de armas (NSA, S.D.).

A China anunciou um investimento de US\$ 9 bilhões no Bangladesh em 2010. Entre os empreendimentos estaria a construção de um porto de águas profundas e também a construção de estradas, gasodutos e oleodutos que conectariam o país até a cidade chinesa de Kunming. Assim como no caso do Sri Lanka, os indianos temem que o investimento tenha um interesse militar envolvido devido ao acordo de cooperação em defesa assinado em 2002, apesar das declarações em contrário, e de questões geográficas para o porto de Chittagong, tornando o porto pouco seguro para os chineses no caso de um conflito, pois Bangladesh está cercado pela Índia.

Em 2001, após a visita do então primeiro ministro Zhu Rongji, surgiram as primeiras especulações sobre o suposto interesse da China em construir uma base de submarinos na ilha de Marao nas Maldivas, apesar das muitas notícias veiculadas na mídia indiana nada de concreto foi realizado. A Índia é o principal destino das exportações de Maldivas, e esta depende dos indianos para a sua segurança frente a grupos terroristas (REDDY, 2009), tornando muito difícil que o país arrisque suas relações com seu vizinho. Além disso, devido à inexistência de características geográficas adequadas para a complexa infraestrutura e da proximidade com a Índia, é improvável que se construa qualquer instalação de submarinos nas Maldivas (KOSTECKA, 2010).

Isto posto, tendo em vista o perfil e os constrangimentos dos investimentos chineses ao longo do Oceano Índico, o argumento da formação de um “Cordão de Pérolas” cercado a Índia, com o intuito de ser uma estratégia que visaria isolar seu território do oceano ameaçando suas linhas de comércio, parece no mínimo exagerado¹⁴. Ainda assim, iniciativas como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank* - AIIB), a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e o Banco de Desenvolvimento dos BRICS (BDB) indicam que a política externa chinesa visa não somente seu entorno regional, mas também influenciar os rumos do Sistema Internacional. Podemos observar assim, a concatenação da Política Externa e da Política de Defesa nos seus investimentos em seu entorno regional, se aproximando conceito de Grande Estratégia trabalhado por Porter (2013) como sendo o mais alto nível de planejamento dos Estados Nacionais Modernos orquestrando – no curto prazo, na guerra e na paz – os fins, os caminhos e os meios para a própria sobrevivência do Estado no contexto de um possível conflito armado. Na seção seguinte analisaremos como a Defesa Ativa e a aquisição de capacidades A2/AD navais se inserem na dinâmica da Política de Defesa da China.

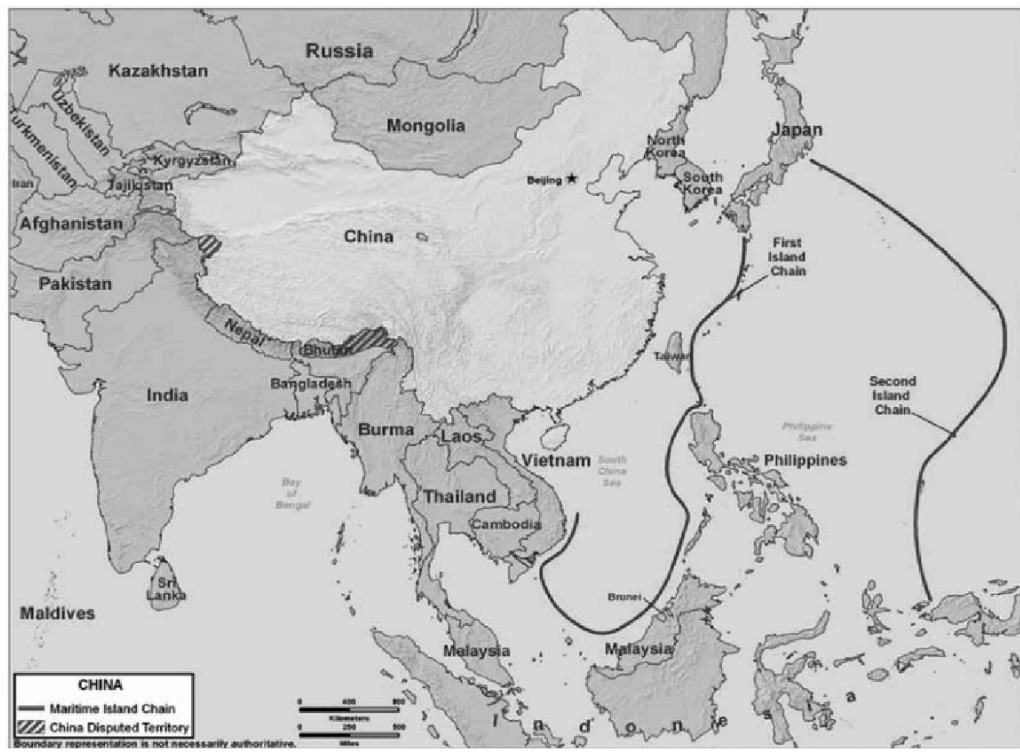
A Defesa Ativa como elo entre a Política de Defesa e a Modernização Naval Chinesa.

Nas últimas décadas, a China realizou um acelerado processo de modernização de suas Forças Armadas. O país possui o maior orçamento militar em termos absolutos na Ásia, e o segundo maior do mundo (IISS, 2015). Embora a expansão do poder naval chinês seja inegável, a análise do inventário e dos desafios com que se depara a Marinha da China (*People's Liberation Army Navy* - PLAN) coloca em dúvida o nível de ameaça que a China representaria em uma guerra além de seus mares próximos. O perfil de força

¹⁴ Assim considerado pelos autores pois os investimentos e instalações visam principalmente as próprias necessidades chinesas em garantir seus fluxos comerciais do que, necessariamente, o constrangimento dos fluxos comerciais indianos.

atual da marinha chinesa não condiz com a concepção de uma “marinha de águas-azuis”, capaz de projeção de poder extrarregional¹⁵. Ademais, se considerarmos as capacidades indianas, as tensões no estreito de Taiwan e nos mares do Sul e Leste da China, além dos constrangimentos logísticos de operações no Índico, o potencial de ameaça que a PLAN representa diminui ainda mais. Erickson e Collins¹⁶ (2012) afirmam que a modernização naval chinesa persegue a construção de uma marinha de alto desempenho para a defesa dos mares próximos, mas de alcance limitado em águas azuis.¹⁷

Figura 1: Primeira e Segunda Cadeias de Ilhas (*First and Second Island Chains*).



Fonte: KREPINEVICH, 2010.

Uma potencial conflagração com os EUA envolvendo a questão de Taiwan segue sendo a principal fonte de insegurança para as autoridades chinesas. Tal percepção foi reforçada a partir da Crise do Estreito de Taiwan em 1996, na qual os EUA posicionaram dois porta-aviões na região (DORNELLES, 2012). A partir de então, o esforço de modernização da marinha chinesa foi baseado na doutrina de “Defesa Ativa dos Mares

¹⁵ Em um cenário de conflito armado naquela região, não pode ser ignorado um possível papel dos Estados Unidos como beligerante. Desta forma, a China poderia enfrentar não somente a marinha indiana, mas também diretamente forças navais estadunidenses do Comando do Pacífico (PACOM), ou indiretamente, com os EUA atuando como fornecedor de armamentos para Japão, Coreia do Sul e para a própria Índia como defendido pelos estrategistas adeptos *The Dynamic Democratic Duo* que prega a necessidade da Índia assumir uma aliança com os EUA devido as suas semelhanças e seus objetivos comuns como por exemplo a contenção da China (MADAN, 2012). Este fato reforça o argumento de que a PLAN não representa uma ameaça contundente para além de sua região.

¹⁶ “O programa atual de construção naval da China visa repor antigos vasos e modernizar a sua frota, não construir esquadras para a projeção de poder em águas azuis. O país está construindo uma Marinha de duas camadas, com grande capacidade nos mares próximos e capacidade limitada além da região” (ERICKSON; COLLINS, 2012. Tradução própria).

¹⁷ O possível “Cordão de Pérolas” chinês e o aumento da capacidade da PLAN de atuar no Oceano Índico são os elementos que impulsionam o projeto indiano de construção de uma marinha de águas azuis.

Próximos¹⁸” desenvolvida pelo almirante Liu Huaqing em meados da década de 80. Objetivava-se: a criação de um potencial dissuasório capaz de garantir capacidades de combate em uma potencial intervenção em Taiwan e em territórios marítimos contestados; assegurar as principais SLOCs em caso de guerra e; a capacidade nuclear de segundo ataque. Ademais, foram desenvolvidas capacidades assimétricas de A2/AD como forma de enfrentar a Marinha dos Estados Unidos¹⁹.

A doutrina chinesa de emprego das suas diversas plataformas de A2/AD prevê um escalonamento em dois níveis, utilizando como base a primeira e segunda cadeias de ilhas (Figura 1). Dentro do alcance da primeira cadeia de ilhas seriam empregados meios típicos de negação de área, predominando a utilização de mísseis balísticos de curto alcance, mísseis de cruzeiro antinavio baseados em terra, minas marinhas, submarinos diesel-elétricos, aviação antinavio de curto alcance e uma grande frota de embarcações de diversos portes protegidas pelo "guarda-chuva" de defesas antiaérea de longa distância e pela aviação de caça. Entre a primeira e a segunda cadeia de ilhas seria, então, a área de emprego das tecnologias e meios de antiacesso, como os submarinos de ataque de propulsão nuclear, o míssil balístico antinavio DF 21-D e a aviação antinavio de longa distância (KREPINEVICH, 2010).

Em 2015 a China publicou uma atualização de seu Livro Branco de Defesa Nacional, descrevendo a doutrina da Defesa Ativa como “a unidade da defesa estratégica e a ofensiva operacional e tática” (CHINA, 2015, p. 4). O documento indica que desde 1993 as Forças Armadas da China estão se preparando para vencer guerras locais de alta intensidade tecnológica e, particularmente após 2004, de alta informatização. Ainda que a situação de Taiwan siga sendo a maior fonte de preocupação securitária para Beijing (COOPER, 2009; LI, 2011), o desenvolvimento econômico chinês expandiu sua área geográfica de interesses.

Christopher D. Yung (2011) atribui uma importante influência das lições do conflito de 1982 das Falklands/Malvinas na construção da doutrina naval chinesa. O conflito citado envolveu disputas territoriais e questões de soberania semelhantes às existentes com Taiwan e, desde então, nenhum conflito reuniu tão complexa gama de elementos aeronavais em combate. Existem muitas analogias feitas entre o emprego pretendido das plataformas de A2/AD previstas para o emprego em uma contingência com Taiwan e também importantes lições sobre projeção de força. Questões como: a importância da doutrina; necessidade de sistemas efetivos de comando e controle; da mobilização nacional e da economia de defesa; da utilização de proteção para o núcleo da esquadra como aviação embarcada e de submarinos nucleares de longo alcance; a utilização de meios de ataque de precisão como mísseis; a efetividade do poder aéreo baseado em terra; a importância de bases e instalações para a projeção de poder; e, o determinante papel da logística podendo atuar como um “Multiplicador de Forças” ou um “Calcanhar de Aquiles” durante todo o conflito, foram

¹⁸ Considerada uma evolução da doutrina de “defesa costeira”, não busca a construção de uma marinha de águas azuis aos moldes da norte-americana, e sim possuir capacidades que se estendem até a segunda cadeia de ilhas, sem alcançar o Pacífico Sul e o Oceano Índico (LI, 2011).

¹⁹ A capacidade de minagem desenvolvida pela PLAN é um exemplo de doutrina de emprego de capacidade assimétrica de AD/AD, a qual eles próprios chamam de “Maça Assassina”, em alusão à arma medieval que a um baixo custo era capaz de incapacitar poderosos cavaleiros medievais encouraçados possibilitando ao mais fraco incapacitar o mais forte. Esta capacidade possibilita o enfrentamento assimétrico no qual a utilização de meios de baixo custo como minas marinhas possam causar severo dano à forças muito poderosas incapacitando vasos de alto valor estratégico e alto custo de construção (MACHADO, 2015).

estudadas e incorporadas no desenvolvimento e aquisição de meios navais, e na modificação da doutrina e preparação das forças (YUNG, 2011).

Nesse contexto, o presidente Hu Jintao, ao apresentar as “novas missões históricas” do Exército de Libertação Popular em 2004, enfatizou a incompatibilidade entre a falta de capacidades militares e a defesa dos seus crescentes interesses nacionais (COOPER, 2009), sendo a proteção das SLOCs um elemento central nesta incongruência. Assim, embora a doutrina de “Defesa Ativa dos Mares Próximos” se mantenha como o guia estratégico para a modernização naval chinesa, foi desenvolvido o conceito de “Operações nos Mares Distantes”. Esta preocupação foi refletida no Livro Branco 2015: “a PLAN vai mudar gradualmente seu foco de “defesa de águas marítimas” para uma combinação de “defesa de águas marítimas” com “proteção de mares abertos” (CHINA, 2015), sendo previsto a construção de uma força de combate multifuncional, aumentando as capacidades de manobras marítimas, operações conjuntas no mar, dissuasão estratégica e capacidade de segundo ataque (CHINA, 2015).

Impactos da Evolução da Doutrina na Modernização Militar Naval Chinesa a partir da análise dos Mísseis de Cruzeiro Antinavio e suas Principais Plataformas de Entrega.

A marinha chinesa e sua fonte de inspiração, a marinha soviética, optaram por desenvolver capacidades baseadas em um número maior de meios navais menores, porém com maior poder de fogo e mais difíceis de rastrear. Se, no passado, embarcações menores representavam menor efetividade contra marinhas nucleadas em navios mais pesados, o advento dos mísseis e a evolução da tecnologia, alcance e tonelagem dos mesmos, propiciaram um incremento na capacidade de ataque, reduzindo os disparos necessários para incapacitar ou afundar navios (DUNNIGAN, 2003). Isto permite que navios de tonelagem superior não exerçam vantagem sobre meios menores, desde que possuam capacidades semelhantes de mísseis (HUGHES, 2000; DUARTE, 2012). Nas palavras de Duarte (2012, p. 62): “na era dos mísseis, as batalhas marítimas passaram a ser decididas pelo lado que aplica seus mísseis mais efetivamente em termos relativos”.

Assim, as capacidades chinesas de A2/AD e da Defesa Ativa têm como elementos principais os submarinos de ataque, mísseis balísticos antinavio (*Anti-ship-ballistic-missile* ASBM)²⁰, mísseis cruzadores antinavio (*Anti-ship-cruise-missile* - ASCM) e mísseis antiaéreos (*Surface-to-air missile* - SAM) lançados por destróiers, fragatas, corvetas, *Fast Attack Crafts*²¹, e pela aviação baseada em terra (O’ROURKE, 2015; LI, 2011). Apesar do desenvolvimento do DF 21-D o professor do U.S. *Naval War College* Lyle J. Goldstein aponta que a maior ameaça missilística chinesa à força naval inimiga reside na quantidade e qualidade de seus ASCMs (GOLDSTEIN, 2015). Esta seção enseja um levantamento acerca dos principais meios navais de superfície, submarinos e de aviação chineses empregados para a entrega massiva de mísseis de cruzeiro antinavio.

²⁰ A China desenvolve o primeiro míssil balístico antinavio *DF-21D* com alcance de 1.500 km e guiagem ativa na fase terminal, graças a uma combinação de radares, sensores e um veículo de reentrada manobrável capaz de atacar grandes vasos em movimento, incluído porta-aviões (O’ROURKE, 2015, p. 5.).

²¹ *Fast Attack Craft (FAC)* - pequena embarcação, até 500 Toneladas armada com ASCMs (BUSSERT; ELLEMAN, 2011).

A Tabela 1 demonstra um aumento da complexidade de sistemas incorporados aos destróieres durante o processo de desenvolvimento de capacidades conforme o passar dos anos. Evidencia-se o grande incremento no domínio tecnológico chinês no processo de produção deste tipo de vaso. Ao compararmos com a realidade da década de 90, na qual era realizada a nacionalização de um obsoleto vaso soviético, atualmente a China é capaz de produzir endogenamente um vaso com sistemas que podem ser considerados o estado da arte como radar AESA²² e Sistemas de Lançamento Vertical (VLS²³, sigla em inglês). Podemos intuir que a incorporação de um navio russo com capacidade de radar *Over-The-Horizon* (OTH)²⁴ está relacionado ao desenvolvimento nacional desta tecnologia e certamente tem relação com o desenvolvimento do radar AESA.

TABELA 1 - DESTROIERES				
ANO	MODELO	QTD.	TONs	SISTEMAS E ARMAMENTOS (ALCANCE E OGIVA DE MÍSSEIS)
1990	Classe <i>Luhu</i> (<i>Ludu</i> URSS mod.)	2	4.800	ASCM YJ-83 (250 km, 190 kg)
1996	Classe <i>Sovremenny</i> (Russo)	4	7.940	Radar OTH russo. ASCMs: 3 com SS-N-22 Sunburn (120 km, 320 Kg); 1 com SS-N-22 Skiff (200 km, 320 Kg)
2004	Classe <i>Guangzhou</i> (Type-52B)	2	6.500	16 ASCM YJ-83 (250 km, 190 kg), 48 SAMs Buk 9K37 3S90 (30 km, 70 kg). Radar OTH Nacional.
2005	Classe <i>Lanzhou</i> (Type-52C)	6	7.000	48 SAMs HQ-9 (200 km, 180 kg), 8 LAMs YJ-85 e HN-2 (1.800 km, ogiva de 400 kg) e 8 ASCM YJ-62 (280 km a 400 km, 300 kg). VLS e radares de arranjo fásico AESA da China.
2012	Classe <i>Kunming</i> (Type-052D)	5	7.500	4 radares de arranjo fásico AESA e 64 células VLS (ASCMs, LAMs, SAMs)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de: O'ROURKE, 2015; MODERN FORCES, online; FRIEDMAN, 1997; MISSILE THREAT, 2012; 2013; GORMLEY; ERICKSON; YUAN, 2014; NAVAL TECHNOLOGY, online; CARLSON, 2013; BUSSERT; ELLEMAN, 2011.

TABELA 2 – FRAGATAS				
ANO	MODELO	QTD.	TONs	SISTEMAS E ARMAMENTOS (ALCANCE E OGIVA DE MÍSSEIS)
Anos 1990	Type-053H2G (<i>Jiangwei</i> I)	4	2.250	ASCM YJ-83 (250 km, 190 kg), SAMs HQ-61 (10 km)
De 1998 a 2005	Type 053H3 (<i>Jiangwei</i> II)	10	2.400	ASCM YJ-83 (250 km, 190 kg), SAMs HQ-7 (18 km).
2005	Type 054 (<i>Jiangkai</i> I)	2	3.900	Design <i>Stealth</i> , materiais não reflexivos, ASCM YJ-83 (250 km, 190 kg) SAMs HQ-7 (18 km)
2006 Atual	Type 054A (<i>Jiangkai</i> II)	20	4.000	Design <i>Stealth</i> , materiais não reflexivos, radar OTH, ASCM YJ-83 (250 km, 190 kg) SAMs HQ-16 (40 km)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de: O'ROURKE, 2015; DEFENSE UPDATES, 2012; ARMY RECOGNITION, 2012;

Esta evolução também é observada nas fragatas, que a partir de 2005 começaram a ser construídas com design *stealth* e com materiais não reflexivos, e a partir de 2006 passaram a contar com radar OTH (Tabela 2). Esta dinamicidade explica a classe Type 54 possuir apenas duas unidades (BUSSERT; ELLEMAN,

²² AESA (*Active electronically scanned array*) - tipo de radar de arranjo fásico cujas funções de recepção e transmissão de sinais são realizadas por numerosos pequenos módulos dificultando interferências eletrônicas externas.

²³ VLS (*Vertical Launching System*) - versátil sistema de lançamento de mísseis que comporta diferentes tipos de exemplares e pode ser configurado conforme o tipo de missão da embarcação (US NAVY, 2013).

²⁴ OTH (*Over-The-Horizon*) - Radar com capacidade de detectar além do alcance do radar comum por centenas e até milhares de quilômetros a partir das capacidades reflexivas da ionosfera.

2011). A Tabela 2 também mostra a evolução da tecnologia de SAMs embarcados, a partir do incremento de seu alcance.

Além dos destróieres e das fragatas, a China vem construindo corvetas da Classe Type 056 (Jiangdao, de 1.500 toneladas), planejando chegar a mais de 30 unidades especializadas em guerra antissubmarina capazes, também, de lançar mísseis ASCMs e SAMs (O'ROURKE, 2015, p. 32). Com relação a FACs, a classe Houbei, característica pelo seu casco em catamarã substituirá as classes predecessoras (BUSSERT e ELLEMAN, 2011).

ANO	MODELO	QTD.	TONs	SISTEMAS E ARMAMENTOS (ALCANCE E OGIVA DE MÍSSEIS)
2012 até hoje.	Corveta Classe Type 056 (<i>Jiangdao</i>)	30 (meta)	1.500	4 ASCMo YJ-83 (250 km, 190 kg)
2004 até hoje.	FAC Type 022 (<i>Houbei</i>)	83	220	8 ASCM YJ-82 (120 km, 165 kg). Sistema CIWS de defesa de ponto.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de: BUSSERT; ELLEMAN, 2011; O'ROURKE, 2015; TIANRAN, 2012; NAVY RECOGNITION, 2012.

No que tange aos submarinos (Tab. 4), a propulsão nuclear por si só mostra o alto nível de evolução tecnológica da capacidade produtiva naval chinesa. Também podemos destacar a Classe Yuan, com 15 unidades comissionadas entre 2006 e 2014, que possui propulsão independente do ar (*Air Independent Propulsion* - AIP), conferindo maior autonomia frente aos submarinos diesel-elétricos convencionais e a custo menor que a propulsão nuclear, possibilitando a construção de diversas unidades.

ANO	MODELO	QTD.	PROP.	ARMAMENTO (ALÉM TORPEDOS)
1991	Classe <i>Song</i> (Type 039 ou 039G) - Chinês	13	Diesel-elétrica	ASCM YJ-81 (40 km, 165 kg)
1993 / 2005	Classe Kilo russa	12	Diesel-elétrica	ASCM 3M-54 Klub (440 a 660 km, 200 kg)
2007	Classe <i>Jin</i> (Type 094) - Chinês	5	Nuclear	ICBM JL-2 (7.400 km a 8.000 km)
2006	Classe <i>Shang</i> (Type 093) - Chinês	2	Nuclear	ASCM YJ-18 (180 km)
2006 / 2014	Classe <i>Yuan</i> (Type 039A) - Chinês	15	AIP	ASCM YJ-8X (mais de 120 km)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de: O'ROURKE, 2015; BUSSERT; ELLEMAN, 2011.

A aviação antinavio baseada em terra é a área mais deficitária em produção nacional (Tab. 5). A PLAN ainda opera a versão derivada do bombardeio soviético Tu-16, fabricada sob licença, chamado de Xian H-6. Tentativas da China de adquirir uma aeronave mais capaz, supersônica o TU-22M3 da Rússia, para retirar seus H-6 de operação foram infrutíferas. A China se dispôs a comprar toda a linha de produção do bombardeio o que foi negado pela Rússia (WANT CHINA TIMES, 2015).

MODELOS	QTD.	RAIO DE COMBATE	CAPACIDADE / ARMAMENTO	VELOCIDADE
H-6G (revitalizadas, e novas)	30	1.800Km	9.000 Kg / 4 mísseis YJ-83.	Mach 0,8
JH-7/7A - aviões de ataque	120	1.650 km	4.500 Kg / mísseis O YJ-83	Mach 1,69
Sukhoi SU-30MK2	24	650 Km	4.000 Kg / mísseis Raduga Kh-31A	Mach 2

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de SINODEFENCE, 2015a; 2015b; BUSSERT; ELLEMAN, 2011.

Por fim, o comissionamento do primeiro porta-aviões chinês *Liaoning* (60.000 toneladas), quatro navios anfíbios da Classe *Yuzhao* (Type 071), de 20.000 toneladas, e a adição de dois navios de reabastecimento da classe *Fuchi* são indicadores de que a China visa, gradativamente, desenvolver e uma marinha de maior alcance geográfico (O'ROURKE, 2015).

Apesar desse desenvolvimento, atualmente o país não possui capacidade de atuar em mares distantes e sustentar uma guerra de atrito fora de sua região. Os vasos chineses e a aviação naval baseada em terra possuem capacidade de operação de curto e médio alcance. Além disso, a China não possui os meios logísticos necessários para sustentar seus equipamentos e seu contingente em águas distantes: somente três vasos dos seis planejados para a Classe *Yuzhao* (Type 071, de 25 mil toneladas) estão em serviço, sendo os demais navios logísticos capazes de operar em “Águas Verdes²⁵” e em sua maioria somente transportando soldados. Além disso, Beijing possui apenas um porta-aviões, cinco submarinos com propulsão nuclear e 17 destróieres (IISS, 2015). Apesar dos desenvolvimentos tecnológicos observados, e ainda que existam construções em andamento de vasos de superfície e submarinos, a China permanece aquém, ou teria dificuldades, de enfrentar países como EUA, Índia, Japão, Coreia do Sul em mares distantes, ou seja, nas Águas Azuis.

Considerações Finais

Esse trabalho analisou a Política de Defesa e a Doutrina Naval da República Popular da China. Na primeira seção, avaliamos que a dependência das SLOCs no Oceano Índico e Pacífico para o comércio exterior e importação de recursos energéticos é um dos principais desafios estratégicos com que o país se depara. As autoridades chinesas consideram tal dependência como uma das maiores vulnerabilidades que a China enfrentaria no caso de um conflito. Nesse contexto, ela vem investindo na construção de infraestrutura em diversos países da região como forma de mitigar esse problema. Contudo, a análise da dinâmica dos investimentos e das relações que Beijing vem desenvolvendo com os países da região indicam que, no curto prazo, não está ao alcance chinês se fazer presente militarmente de uma forma que rivalize com Índia e EUA no Oceano Índico.

Na segunda seção, estabeleceu-se a relação entre a Defesa Ativa e a construção de capacidades A2/AD chinesas. Os objetivos da estratégia (garantir as SLOCs) exigiram do país a adoção de uma doutrina que contemplasse a ofensiva na esfera operacional, ou seja, reconhecendo que a dissuasão exige capacidades de projeção de poder convencional. Desta forma, a doutrina de “defesa costeira” foi dando espaço à doutrina de “defesa dos mares próximos” e à doutrina de Defesa Ativa, que combina a defesa no âmbito da estratégia, mas prevê capacidades ofensivas no âmbito operacional e tático.

Na terceira seção, a partir de uma análise das principais capacidades navais chinesas desenvolvidas na última década percebemos que, embora a China esteja iniciando o desenvolvimento de uma Marinha de Águas Azuis, ela o faz apenas após ter desenvolvido, e consolidado, uma doutrina de defesa baseada em uma

²⁵ “Marinha de Águas Verdes seria uma voltada para operar em águas costeiras e regionais, com navios de porte médio como fragatas.” (VIDIGAL, 2010, p.8).

marinha de “Águas Verdes” e ter trabalhado no desenvolvimento ou na incorporação de tecnologias sensíveis para sua defesa como mísseis, radares, meios navais e aviação. Desse modo, ainda que tenha sido desenvolvido o conceito de “operações em mares distantes”, o incipiente grau de desenvolvimento das capacidades navais chinesas para Águas Azuis é incompatível com o emprego real do conceito. Logo, fica evidente que a Defesa Ativa dos mares próximos tenderá a continuar como prioridade na doutrina militar chinesa, mas com progressiva construção de capacidades de projeção de força além de sua região.

Neste contexto, o processo de modernização da PLAN demonstra coerência com a posição almejada pela China no Sistema Internacional. Ainda incapaz de se igualar aos Estados Unidos na construção de uma marinha de águas azuis, Beijing garante primeiro uma sólida defesa centrada em tecnologias de A2/AD, para depois se preocupar em desenvolvimento de capacidade de projeção de força. Desse modo, a opção pelo desenvolvimento e uso de mísseis, assim como a produção de grande quantidade de vasos menores e mais baratos, permitem a redução da “assimetria” no caso de enfrentamento com marinhas nucleadas em poderosas naves capitais. Além disso, sendo dependente das SLOCs, a China prioriza capacidades operacionais que lhe garantam a comunicação com o exterior (Defesa Ativa). Desta forma, o modelo adotado no processo de modernização chinês pode ser um exemplo viável de construção de capacidades de defesa para países que buscam um maior protagonismo no Sistema Internacional, como o Brasil, pois fica evidente o encadeamento e coerência do desenvolvimento de capacidades operacionais a partir de uma necessidade estratégica de manutenção do território e de sua economia.

REFERÊNCIAS

ARMY RECOGNITION. **HQ16A LY-80 Ground-to-air defense missile system**. 2012. Online. Disponível em: <http://www.armyrecognition.com/china_chinese_army_missile_systems_vehicles/hq-16a_ly-80_ground_to_air_defence_missile_system_technical_data_sheet_specifications_pictures_video.html>. Acesso em: 05 ago. 2015.

BUSSERT, James C; ELLEMAN, Bruce A. **People's Liberation Army Navy**. *Annapolis: Naval Institute Press*, 2011.

CARLSON, C. P. **China's Eagle Strike-Eight Anti-Ship Cruise Missiles: The YJ-83, C803, and the Family Tree**. Defense Media Network. 02 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.defensemedianetwork.com/stories/chinas-eagle-strike-eight-anti-ship-cruise-missiles-the-yj-83-c803-and-the-family-tree/>> Acesso em: 20 jul. 2015.

CHINA. **China's Military Strategy**. 2015. Disponível em: <<http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2014.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2015

COOPER, Cortez. **The PLA Navy's “New Historic Missions”**: Expanding Capabilities for a Re-emergent Maritime Power. Santa Monica: RAND Corporation, 2009. Disponível em: <www.rand.org> Acesso em: 06 ago. 2015.

COLLINS, Gabriel B. China's Dependence on the Global Maritime Commons. In: ERICKSON, Andrew S.; GOLDSTEIN, Lyle J.; LI, Nan. **China, the United States, and 21st-Century Sea Power: Defining a Maritime Security Partnership**. Naval Institute Press. 2010.

COSTA, Wanderley. **Geografia Política e Geopolítica**. Discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp, 2008

- DEFENSE UPDATES. **LY-80 / HQ-16 Surface-to-Air Missile / SAM Air Defense System**. 2012. Online. Disponível em: <<http://defenseupdates.blogspot.com.br/2012/12/ly-80-hq-16-surface-to-air-missile-sam.html>>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- DORNELLES, Arthur (2012). **China e Estados Unidos na Balança de Poder do Leste Asiático: comparações, econômicas e militares**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS.
- DORRAJ, Manochehr e ENGLISH, James. **The Dragon Nests: China's Energy Engagement of the Middle East**. Texas Christian University, 2013.
- DUARTE, Érico E. **A Conduta da Guerra na Era Digital e Implicações para o Brasil: Uma Análise de Conceitos, Políticas e Práticas de Defesa**. Texto para Discussão. IPEA. Brasília, v. 1760, pp. 1-93, 2012.
- DUNNIGAN, James F. **How to make War**. Fourth Ed. New York: Harper, 2003.
- ERICKSON, Andrew S.; COLLINS, Gabriel. **China's Real Blue Water Navy**. *The Diplomat*, 2012. Disponível em: <<http://thediplomat.com>>. Acesso em: 07 ago. 2015.
- FONT, Joan; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.
- FRIEDMAN, Norman. **The Naval Institute guide to world naval weapons systems**. Maryland: Library of Congress, 1997.
- GLOBAL SECURITY. **Coco Islands**. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/intell/world/china/coco.htm>>. Acesso em 06 ago. 2015.
- GOLDSTEIN, L. J. **The Real Military Threat from China: Anti-Ship Cruise Missiles**. The National Interest. 22 jan. 2015. Disponível em: <<http://nationalinterest.org>> Acesso em: 18 mai. 2015.
- GORMLEY, Dennis M.; ERICKSON, Andrew S; YUAN, Jingdong. **A Low-Visibility Force Multiplier: Assessing China's Cruise Missile Ambitions**. Washington DC: NDU Press, 2014. Disponível em: <<http://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/Books/force-multiplier.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2015.
- GOVERNMENT OF INDIA. Ministry of Defence. **Indian Maritime Doctrine, INBR 8**. New Delhi: Integrated Headquarters. 2004.
- HUGHES, W. **Fleet Tactics and Coastal Combat**. Annapolis: Naval Institute Press, 2ed, 2000.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance: The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defense Economics**. Londres: IISS, 2015.
- KOSTECKA, Daniel. **Hambantota, Chittagong, and the Maldives – Unlikely Pearls for the Chinese Navy**. The Jamestown Foundation. Disponível em: <http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?cHash=a82d537697&tx_ttnews%5Btt_news%5D=37196#.UoayQ1NpTIV>. Acesso em: 10. Jul. 2015
- KREPINEVICH, A. **Why AirSea Battle?** Washington DC: CSBA, 2010. Disponível em: <<http://www.csbaonline.org>>. Acesso em: 13 abr 2010.
- LEE, Sangyup. **Ships, Security, and Symbols: A constructivist explanation of South Korea's naval build-up**. Tese de Doutorado (2013). The State University of New Jersey - Doctor of Philosophy.
- LI, Nan. The Evolution of China's Naval Strategy and Capabilities: from "Near Coast" and "Near Seas" to "Far Seas". In: SAUNDERS, Philip et.al. **The Chinese Navy: expanding capabilities, evolving roles**. Washington, DC: National University Press, 2011. Pp.109-140.
- MACDONALD, Julie; DONAHUE, Amy e DANYLUK, Bethany. **Energy Futures in Asia: Final Report**. Washington D.C.: Booz-Allen Hamilton, 2004.

MACHADO, Luis R. **A Negação do Uso do Mar nas Relações Internacionais: Um Estudo Preliminar sobre Questões Teóricas e Operacionais.** In: 5º ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ABRI, 2015. Disponível em: <<http://www.encontronacional2015.abri.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=18%20#L>> Acesso em: 05 dez. 2015.

MADAN, Tanvi. A note on the China-India-US Triangle and India's Strategy. In VENKATSHAMY, Krishnappa and GEORGE, Princy. **Grand Strategy for India 2020 and Beyond.** New Delhi: Pentagon Security International, 2012. Disponível em <http://www.idsa.in/system/files/book/book_GrantStrategyIndia.pdf> Acesso em 15 nov. 2015.

MISSILE THREAT. **HN-1/-2/-3.** Online. 2013. Disponível: <<http://missilethreat.com/missiles/hn-1-2-3/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

MISSILE THREAT. **HONGQI-9 (HQ-9).** Online. 2012. Disponível em: <<http://missilethreat.com/defense-systems/hongqi-9-hq-9/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

MISOKAMI, Kyle. **The Japanese Navy's 5 Most Lethal Weapons of War.** The National Interest, 2015. Disponível em: <<http://www.nationalinterest.org/feature/the-japanese-navy%E2%80%99s-5-most-lethal-weapons-war-13256>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

MODERN FORCES. **X-41.** Online. Disponível em: <<http://www.modernforces.ru/h-41/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

NAGAO, Satoru. Japan, the United States, and India as Key Balancers in Asia. **Strategic Japan Working Papers.** Center for Strategic and International Studies Website. 2015. Disponível em: <<http://csis.org/program/strategic-japan-working-papers>> Acesso em: 20 dez. 2015.

NAVAL TECHNOLOGY. **Luyang-II Class / Type 052C Destroyer, China.** Online. Disponível em: <<http://www.naval-technology.com/projects/luyangclassmissilede/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

NAVY RECOGNITION. **Launch of the head of Type 056 Chinese Corvette class.** 2012. Disponível em: <<http://www.navyrecognition.com/index.php/news/defence-news/year-2012-news/may/459-launch-of-the-head-of-type-056-chinese-corvette-class-.html>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

NEVES JÚNIOR, E. J. **A Modernização Militar da Índia: As virtudes do modelo híbrido.** Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI). Porto Alegre, 2015.

NIAZI, Tarique. Gwadar: China's Naval Outpost on the Indian Ocean. **Association for Asian Research**, 2. fev. 2005. Disponível em: <<http://www.asianresearch.org/articles/2528.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

NSA. **Signals Intelligence.** Online. Disponível em: <<https://www.nsa.gov/sigint/>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

O'ROURKE, Ronald. **China Naval Modernization: Implications for US Navy Capabilities - Background and Issues for Congress.** *Congressional Research Service.* 2015. Disponível em: <<https://www.fas.org>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

PORTER, Patrick. **Sharing Power? Prospects for a U.S. Concert-Balance Strategy.** Carlisle: U.S. War College Press, 2013.

REDDY, B. Muralidhar. Maldivian president on five-day visit to India. **The Hindu**, 20 out. 2009. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/maldivian-president-on-fiveday-visit-to-india/article36073.ece>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

REDDY, B. Muralidhar. Hambantota port opened. **The Hindu**, 18 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/international/hambantota-port-opened/article894229.ece>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SINGH, Sharanjit e ARIFF, Umar Syed. Dr M: China interested in reviving oil pipeline plan. **New Straits Times**, 6 out. 2013. Disponível em: <<http://www.nst.com.my/nation/general/dr-m-china-interested-in-reviving-oil-pipeline-plan-1.370172>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SINODEFENCE. **Bomber/Ground Attack Aircraft**. SinoDefence. 2015a. Disponível em: <<http://sinodefence.com/chinese-military-aircraft/bomber-ground-attack-aircraft/>> Acesso em: 21 mai. 2015

SINODEFENCE. **Front-Line Fighter Aircraft**. SinoDefence. 2015b. Disponível em: <<http://sinodefence.com/chinese-military-aircraft/front-line-fighter-aircraft/#J11B>> Acesso em: 21 mai. 2015.

TIANRAN, Xu. **PLA corvette 'launched' amid tensions**. *Global Times*. 2012. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/NEWS/tabid/99/ID/711001/PLA-corvette-launched-amid-tensions.aspx>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). **Department of Defense. Joint Operational Access Concept**. Washington DC: 2012(a). Disponível em: <<http://www.defense.gov>> Acesso em: 05 dez. 2013.

US NAVY. MK 41 VLS. **United States Navy Fact File**. Nov. 2013. Disponível em: <http://www.navy.mil/navydata/fact_display.asp?cid=2100&tid=550&ct=2>. Acesso em: 05 ago 2015.

VINES, Alex. **Mesmerised by Chinese String of Pearls Theory**. *The World Today*, 2012. Disponível em: <<http://www.highbeam.com/doc/1P3-2635760911.html>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

VIDIGAL, Armando F.V. Consequências Estratégicas para uma Marinha de Águas Marrons. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, no 16 (2010), p. 7-20. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2010/Conseq%C3%BC%C3%AAncias%20estrat%C3%A9gicas%20para%20uma%20marinha%20de%20%C3%A1guas%20marrons%20-%20Armando%20Amorim%20Ferreira%20Vidigal.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2015.

WANT CHINA TIMES. Russia Refuses to Sell China Tu-22. **Want China Times**. 01 abr 2015. Disponível em: <<http://www.wantchinatimes.com/news-subclass-cnt.aspx?id=20150104000010&cid=1101>> Acesso em: 22 mai. 2015.

WONGCHA-UM, Panu. **Thailand denies Kra Canal deal**. *Channel News Asia*, 2015. Disponível em: <<http://www.channelnewsasia.com/news/asiapacific/thailand-denies-kra-canal/1856758.html>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

YUNG, Christopher D. **Sinica Rules the Waves? The People's Liberation Army Navy's Power Projection and Anti-Access/Area Denial Lessons from the Falklands/Malvinas Conflict**. In SCOBELL, Andrew; LAI, David; KAMPHAUSEN, Roy. Ed **Chinese Lessons from Other Peoples' Wars**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2011.

YUNXIANG, Liang; ZHENFU, Li. **Thailand, China to team up on long-proposed Kra Isthmus canal**. *Want China Times*, 2015. Disponível em: <<http://www.wantchinatimes.com/news-subclass-cnt.aspx?id=20150518000069&cid=1101&MainCatID=0>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

*Recebido em 12 de outubro de 2015.
Aprovado em 04 de janeiro de 2016.*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo avaliar a Política de Defesa e a doutrina naval da República Popular da China à luz de seus desafios estratégicos. Com este intuito foram discutidos: os desafios estratégicos chineses em seu entorno regional a partir da importância das Linhas Marítimas de Comunicação e da suposta formação do “Cordão de Pérolas”; a adoção por parte da China da doutrina da Defesa Ativa e sua relação com as capacidades de Antiacesso e Negação de Área; e por fim, a modernização naval chinesa, centrada nos mísseis e suas plataformas de entrega para a realização das tarefas de A2/AD e a efetivação da Defesa Ativa. Concluiu-se então, que a modernização militar naval da China visa responder aos objetivos doutrinários de preparação da Defesa Ativa e A2/AD, bem como à manutenção do desenvolvimento econômico e das Políticas Externa e de Defesa chinesa sem, entretanto, possuir capacidade de projeção de poder além de sua região.

Palavras Chave: China; Modernização Naval Chinesa; Política de Defesa da China.

ABSTRACT

This article aims to assess the Defence Policy and the naval doctrine of the People's Republic of China in light of their strategic challenges. To that end have been discussed: the Chinese strategic challenges in its regional environment from the importance of Sea Lines of Communication and the alleged formation of the "String of Pearls"; the adoption by China of the doctrine of Active Defense and its relationship with the capabilities of Antiaccess and Area Denial; and finally, the Chinese naval modernization, focusing on missiles and their delivery platforms to carry out the tasks A2/AD and the accomplishment of the Active Defense. We conclude then, that the naval military modernization of China aims to respond to the doctrinal objectives of preparing the Active Defense and A2/AD as well as the maintenance of economic development and Chinese Foreign and Defense Policies without, however, have power projection capability beyond its region.

Keywords: China; Chinese Naval Modernization; Chinese Defense Policy